

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA POLÍTICA  
CIÊNCIAS SOCIAIS

Renata Bollbuck Bueno

**Uma análise do “Discurso sobre as formas de governo após a morte do jovem Lorenzo de Médici” de Nicolau Maquiavel**

Florianópolis

2019

Renata Bollbuck Bueno

**Uma análise do “Discurso sobre as formas de governo após a morte do jovem Lorenzo de Médici” de Nicolau Maquiavel**

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Sociais do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Ricardo V. Silva.

Florianópolis

2019

Bollbuck Bueno, Renata Uma análise do “Discurso sobre as formas de governo após a morte do jovem Lorenzo de Médici” de Nicolau Maquiavel / Renata Bollbuck Bueno ; orientador, Ricardo V. Silva, 2019. 42 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Ciências Sociais, Florianópolis, 2019.  
Inclui referências.

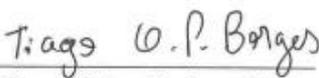
1. Ciências Sociais. 2. Maquiavel. 3. Formas de governo. 4. República. 5. Teoria política. I. V. Silva, Ricardo. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

Renata Bollbuck Bueno

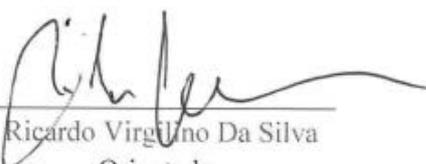
**Uma análise do “Discurso sobre as formas de governo após a morte do jovem Lorenzo de Médici” de Nicolau Maquiavel**

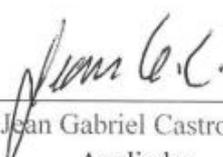
Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “Cientista Social” e aprovado em sua forma final pelo Curso de Ciências Sociais

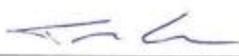
Florianópolis, 18 de dezembro de 2019.

  
Prof. Tiago Daher Padovezi Borges  
Coordenador do Curso

**Banca Examinadora:**

  
Ricardo Virgíno Da Silva  
Orientador  
Instituição UFSC

  
Prof. Jean Gabriel Castro da Costa  
Avaliador  
Instituição UFSC

  
Prof. Tiago Bahia Losso  
Avaliador  
Instituição UFSC

Este trabalho é dedicado a todas as pessoas que me possibilitaram estar aqui. Muito obrigada.

## AGRADECIMENTOS

*Agradeço a todos que contribuíram no decorrer desta jornada, em especialmente:*

*A minha família que sempre me apoiou nos piores e melhores momentos.*

*Ao Bruno, sem você eu não teria chegado até aqui.*

*Ao orientador Prof. Ricardo V. Silva pela compreensão, e pelo papel fundamental na elaboração deste trabalho.*

*Aos meus amigos de curso pelo companheirismo, paciência e disponibilidade para me auxiliar em vários momentos.*

## RESUMO

Neste trabalho objetiva-se analisar o projeto político “Discurso sobre as formas de governo após a morte do jovem Lorenzo de Médici”, escrito por Nicolau Maquiavel. Através da leitura do texto e da comparação com as obras maquiavelianas pregressas pretende-se identificar as alterações institucionais apresentadas pelo autor e, através do contraste com o livro *Discorsi* (escrito pelo mesmo autor), procurar-se-á semelhanças e diferenças entre um tratado e outro. Maquiavel mostra, neste opúsculo, a continuação de seu viés republicano, além do entrelaçamento com toda sua teoria política - não obstante seus interlocutores serem os comandantes da cidade, ourindos da Casa dos Médici. O projeto político maquiaveliano aqui analisado contorna a história de Florença e, por meio da dissecação de seus reveses, procura superar os defeitos das formas de governo anteriores. Além disso, nosso autor também traça as características do povo florentino, com o objetivo de estalebecer um tipo de governo mais adequado ao caráter daquela cidade. Por fim, será visto como seu projeto político se insere dentro do contexto no qual era escrito, com suas nuances e aparentes contradições.

**Palavras-chave:** Maquiavel. Formas de governo. República. Teoria Política.

## ABSTRACT

This work aims at analysing the political project “Discurso sobre as formas de governo após a morte do jovem Lorenzo de Médici”, written by Niccolò Machiavelli. Through reading this text and comparing it with author’s previous works, it is aimed to identify the institutional changes proposed by the author and, by contrasting the text against the book entitled “Discorsi” (by the same author), both their similarities and differences are to be assessed. In the subjected booklet, Machiavelli manifests continuity in his republican bias and all of its interlacement with Machiavelli’s political theory – despite his interlocutors being the city commanders, arising from the House of Medici. The political project hereby analysed outlines the history of Florence and, by dissecting its deficiencies, it seeks to overcome weaknesses of previous forms of government. Furthermore, the author describes the Florentine people, with the purpose of stablishing a government that is better suited to the aspects of the city. Finally, it will be assessed how the political project fits the context in which it was written, with its nuances and seeming contradictions.

**Keywords:** Machiavelli. Forms of Government. Republic. Political Theory.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
1.1 OBJETIVOS .....	11
<b>2 O CONTEXTO DO “Discurso sobre as formas de governo” .....</b>	<b>13</b>
<b>3 UMA PROPOSTA REPUBLICANA PARA FLORENÇA .....</b>	<b>18</b>
3.1 A FORMAÇÃO DE UMA REPÚBLICA ESTÁVEL .....	24
<b>4 O <i>DISCORSI</i> E O <i>DISCURSO</i>: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS.....</b>	<b>27</b>
4.1 POLÍTICA E RELIGIÃO NA REPÚBLICA.....	32
<b>5 A APLICAÇÃO TEÓRICA A UM PROJETO PRÁTICO.....</b>	<b>35</b>
<b>6 CONCLUSÃO.....</b>	<b>38</b>

# CAPÍTULO 1

## INTRODUÇÃO

Apesar de as obras de Maquiavel terem sido (e continuam sendo) exaustivamente estudadas ao longo das épocas, alguns escritos – por suas popularidades – têm ganhado mais atenção do que outros. Obras como “O Príncipe” e os “Discursos” são referências recorrentes quando o nome do florentino é citado. No entanto, outras obras menos conhecidas (ao menos do público não especializado) podem nos dar importantes lições acerca do pensamento maquiaveliano sobre a política e a vida pública - desde seus fundamentos teóricos até suas especificações práticas. Uma dessas obras é o tratado que Maquiavel escreveu após a morte de Lorenzo de Medici, duque de Urbino, cujo falecimento culminou neste projeto em que pretendia discorrer sobre as possibilidades de Florença após a morte de seu único governante sucessor.

Em 4 de maio de 1519, falecia subitamente Lorenzo, duque de Urbino. Em decorrência de tal evento, os Medici, então senhores de Florença, ficavam sem herdeiros legítimos disponíveis para tomar assento no governo da cidade, pois, além de Júlio, que era cardeal, havia apenas Juliano, eleito papa (Leão X). Diante da iminência de uma extinção dinástica, desenhava-se no horizonte a necessidade de se estabelecer uma nova forma de governo de Florença. (PANCERA, 2010, p.45)<sup>1</sup>

Tendo em vista o golpe da *Fortuna*<sup>2</sup> dado a Florença naquela ocasião, Maquiavel pôs-se à moldar a ordenação florentina a algo que se adequasse e harmonizasse com a situação da época. Se, após a morte do Papa e do cardeal não haveria mais ninguém da dinastia Médici para dar continuidade ao poder daquela família, fazia-se necessário reestruturar Florença de tal maneira que esta se mantivesse estável apesar de não haver um único senhor - mais poderoso que todos os demais - que decidisse e comandasse os rumos da cidade.

A respeito a contextualização de tal escrito, é importante lembrar que o “Discurso sobre as formas de governo” foi feito entre o final de 1520 e o fim do ano de 1521. O projeto é produzido no período maduro da vida intelectual de Maquiavel - época em que boa parte de sua formação e ideias já haviam sido definidas, assim como suas mais importantes obras.

Esta obra, assim como o “O Príncipe”, além de ser escrita com uma clara intenção pré-definida, tem como destinatários os homens mais poderosos de Florença - a quem nosso autor devia temor e reverência. No entanto, apesar das devidas cautelas no tratamento solene dado a tão importantes leitores, Maquiavel não se abstém de introduzir e defender seus ideais e preferências acerca do destino de Florença.

---

<sup>1</sup> PANCERA, Gabriel. **Maquiavel entre repúblicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

<sup>2</sup> A morte de Lorenzo de Médici.

Humanista e republicano, apesar de posicionamentos controversos, não deixava de ser um entusiasta da liberdade. Tendo como exemplo máximo a Roma republicana, sempre buscava nela exemplos a serem replicados em seu próprio tempo. Quando nosso autor escreveu o “Discurso sobre as formas de governo”, apesar do viés analítico e neutro (baseado nas qualidades do corpo político florentino, em vez de baseado simplesmente nas convicções de Maquiavel), é impossível não deixar de perceber que suas premissas teóricas também estão ali presentes. Desta vez, no entanto, não são conselhos a príncipes ou um compilado de sua teoria política, mas uma proposta político-institucional, na qual o secretário florentino teve a oportunidade de por na prática o que aprendeu tanto lendo os antigos, quanto vivendo a realidade política enquanto segundo chanceler.

Desta feita, a intenção deste trabalho é promover uma análise da proposta institucional de Maquiavel para Florença - que tipos de estruturas constitucionais e políticas pretendia criar e/ou mudar para garantir um governo republicano à cidade. Porém, também tenciona verificar as semelhanças e diferenças - no caso destas existirem - entre o “Discurso sobre as formas de governo” e os *Discorsi*, obra em que o viés republicano de nosso autor se mostra mais patente.

Quando Maquiavel escreve o “Discurso sobre as formas de governo”, procura antes de dar um veredito final, examinar as características fundamentais do corpo político florentino, pois assim poderia elaborar um tipo de governo mais adequado à matéria política. Com esta compatibilidade é mais fácil manter o estado e preservar a estabilidade. No caso de Florença, esta cidade tem em si a marca da liberdade. Com muita dificuldade um governante conseguiria estabelecer um principado, já que a memória da república e da liberdade dificilmente iriam embora do corpo político. Além disso, era uma cidade com uma grande igualdade, a qual dificultava mais ainda o estabelecimento deste tipo de governo. Seguindo suas próprias premissas neste projeto, Maquiavel corrobora a tese anteriormente mencionada que com muita dificuldade se estabelece um principado em um povo marcado pela igualdade, da mesma forma que é improvável que uma república dure em uma matéria com a marca da desigualdade.

Apesar de, quando Lorenzo de Medici ainda era vivo, Maquiavel ter escrito “O Príncipe” em sua consideração, este não manteve a mesma proposta política no seu *Discurso*. Para entendermos a mudança de perspectiva é preciso diferenciar a situação de Florença de quando os Medici assumiram o governo da cidade (em 1512), da situação quando Lorenzo veio a óbito (em 1519). Quando “O Príncipe” foi escrito o secretário florentino estava exilado – e, além de perder seu antigo posto no governo da cidade, também fora preso e tratado como um conspirador. Devemos entender que, além da esperança de reconquistar um posto no governo de Florença, Maquiavel também notara que os ventos da *Fortuna* mudaram - o estado assumira uma forma quase principesca. Como bom observador, e atento às ocasiões que a *Fortuna* trazia consigo, o secretário florentino percebeu que um governante único e forte - Como Lorenzo - poderia ser o homem de *virtù* a precipitar a unificação da Itália. Como bem diz o famoso capítulo XXVI

de “O Príncipe”, aquele era o melhor momento para um príncipe novo liderar a redenção da Itália aos avanços e depredações bárbaras.

Vê-se ainda que está toda pronta e disposta a seguir uma bandeira, desde que haja alguém que a empunhe. Mas no presente não se vê em quem ela mais possa esperar que em vossa ilustre Casa, que, com sua fortuna e virtude, favorecida por Deus e pela Igreja, da qual agora é príncipe, pode fazer-se chefe dessa redenção. O que não seria muito difícil, se levarde em consideração os atos e a vida daqueles que acabo de mencionar; e, conquanto aqueles homens tenham sido raros e maravilhosos, ainda assim foram homens, e cada um deles teve menor ocasião que a atual, porque a empresa deles não foi mais justa que esta, nem mais fácil, nem Deus lhes foi mais amigo que de vós. [...] Aqui há enorme disposição; e, onde há grande disposição, não há de haver grande dificuldade, contanto que se sigam as orientações daqueles que propus como exemplo. (P<sup>3</sup>, 2010, p. 135-136)<sup>4</sup>

Ou seja, além da expectativa de se vender como um bom funcionário público aos Médici, nosso autor também almejava trazer à Itália aquela antiga glória que já possuía. Mas, para isso, primeiro era preciso salvá-la da fragmentação e sectarismo que a enfraquecia, o que a transformava em presa fácil para qualquer invasor que quisesse espolia-la.

Com a morte de Lorenzo, porém, tudo mudou. Sem herdeiros da família Médici para assumir o comando da cidade no lugar do Duque de Urbino, Florença ficava em uma espécie de “limbo” político-institucional, e era preciso que se desenhasse uma nova forma de governo, a qual poderia manter a segurança e a estabilidade daquele estado. Com isto em mente, e também com a prudência que anos de vida política lhe dera, Maquiavel sabia que, não só era necessário pensar em algo que garantisse a liberdade de todo o corpo político, mas também que desse vazão à ambição e vontade de comando dos Médici restantes.

Essa preocupação está latente em todo o seu *Discurso* quando o secretário florentino traz, no conjunto de suas propostas institucionais, diversos lugares de destaque para o Papa Leão X e o cardeal Júlio de Médici<sup>5</sup>. A princípio, isto pode parecer um tanto contraditório, dada as críticas que fez aos governos intermediários, pois, ao trazer este caráter principesco a uma proposta republicana, estaria trazendo um elemento dissidente, o que poderia pôr em risco o cumprimento dos requisitos necessários para a manutenção de uma forma republicana.

---

<sup>3</sup> Para facilitar o entendimento, por conta de várias referências serem deste mesmo autor, quando a citação em questão for sobre a obra “O príncipe”, esta será indicada pela letra “P”. Quando se tratar do “Discurso sobre as formas de governo”, será indicada pela sigla “DF”, e quando for o caso da obra “Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio” a sigla será “DT”. Todas as citações serão referentes às obras mencionadas nas “Referências Bibliográficas”.

<sup>4</sup> MACHIAVELLI, Niccolò. **O Príncipe**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010. Prefácio de Fernando Henrique Cardoso.

<sup>5</sup> Estes eram os únicos membros restantes da casa dos Médici - família que dominava a cidade de Florença e que poderia decidir seu destino.

Entretanto, se formos analisar as peculiaridades da situação em questão, podemos ver que mais do que uma contradição, Maquiavel estava atento às suas máximas políticas neste projeto republicano para Florença. Um homem de *virtù*, mais do que tudo, deve estar atento às mudanças causadas pelos tempos e pela *Fortuna*. Como bom entendedor dos homens, Maquiavel sabia que não podia simplesmente propor um projeto aos *uomini grandi* que os excluísse de todos os espaços de comando. Então, a melhor alternativa era um projeto que fosse transitório - qual seja, que desse vazão a ambição dos Medici, mas que, simultaneamente, pudesse ser remanejado a uma forma de todo republicana após a morte destes.

Como qualquer estado tinha dentro de si dois humores fundamentais: o dos grandes e o do povo, além de pensar em uma formulação que acolhesse institucionalmente estes dois tipos de homens, era também preciso satisfazer a vontade de dominar dos senhores de Florença. Por isso que apesar de aparentar como um elemento “parasita” e prejudicial a uma república saudável, era antes uma condição necessária - neste caso, a república viria como um “cavalo de Tróia”. Afinal, seria ingenuidade pensar que homens poderosos, acostumados a dominar, abririam mão de tudo por objetivos menos palpáveis como honra e glória.

Ao longo deste projeto maquiaveliano veremos toda sorte de conceitos e teorias aplicados em uma formulação político-institucional. Alguns de seus preceitos não estarão explicitados conceitualmente, mas serão possíveis de se verificar em formatos práticos. Ao longo de suas obras conseguimos ver sua preocupação em como fundar e manter uma república; em como alocar institucionalmente os diferentes tipos de homens; ordenações que canalizassem os conflitos para a produção de boas leis etc. Aqui, como veremos no decorrer deste trabalho, conseguiremos ver uma execução de preceitos que, se antes poderiam parecer mais “abstratos”, agora ganham uma formulação bem definida. Afinal, como um realista político, suas receitas não poderiam ficar apenas no terreno ideal, mas também teriam que ter uma possibilidade de aplicação real.

Por fim, definidos estes pontos e informações iniciais, a intenção deste trabalho é focar na análise desta obra específica (“Discurso sobre as formas de governo”) de Nicolau Maquiavel. Ainda que sejam usados como referência toda uma gama de escritos deste mesmo autor, a intenção é que estes orbitem em torno da clarificação e compreensão deste projeto político em particular.

A pesquisa pretende focar em dois objetivos principais, que serviriam de norte ao estudo e entendimento do *Discurso*. Intentamos compreender a proposta institucional para Florença formulada por este projeto político. Ou seja, que tipos de estruturas constitucionais e políticas Maquiavel pretendia criar e/ou mudar para garantir um governo republicano a Florença. Além disso, será analisado quais as semelhanças e diferenças – e se elas existem – entre o “Discurso sobre as formas de governo” e os *Discorsi*, obra em que também se delinea o ideal republicano maquiaveliano.

A realização desses dois objetivos requer a compreensão e contextualização deste escrito de acordo com a intenção do autor ao escrever tal projeto e a situação florentina

no período em questão. A partir de tais verificações torna-se possível entender as lições de nosso autor e introduzi-las no debate geral sobre Teoria Política.

## CAPÍTULO 2

### O CONTEXTO DO “Discurso sobre as formas de governo”

Após todos os acontecimentos narrados anteriormente, qual seja, o falecimento do único herdeiro legítimo da família Médici, o destino de Florença se tornara incerto. Mesmo que os Médici restantes tomassem assento no governo da cidade, quando viesse a ocorrer a morte do cardeal e do Papa Leão X, Florença ficaria sem sucessores e sem um governo definido. Com este problema em mente, era preciso encontrar uma solução que acalmasse os ânimos da população, que estava receosa a respeito do futuro e segurança da cidade. Maquiavel explana a situação no final de seu projeto, quando fala a respeito dos inconvenientes presentes:

[...] Estando as coisas assim, a muitos não parece poderem viver seguros, os quais não fazem outra coisa que lembrar Vossa Santidade que reordene o regime, sugerindo alguns que se deva ampliar a participação e alguns que se deva restringi-la, embora nenhum deles especifique como se deveria fazer para restringir ou para ampliar, pois estão todos confusos. (DF, 2010, p.77)<sup>6</sup>

Florença vinha de uma sucessão de governos problemáticos, e o governo do jovem Lorenzo despontou como uma possibilidade de estabilização pela via principesca. Entretanto, dada a impossibilidade de existir um reino que perdurasse no tempo (dadas as circunstâncias que não permitiram o nascimento de um novo herdeiro sucessor) a única opção era a conformação de Florença a uma forma republicana.

Para nosso autor só existiam duas formas de governos nas quais era possível governar com segurança e estabilidade: ou a república ou o principado. Qualquer outra forma que não fosse uma verdadeira república ou um verdadeiro principado era em si defeituosa. Sendo assim, Florença só tinha duas opções: ou ordenava uma república com todas as suas partes, ou estabelecia para si um senhor único, que governasse sem interferências. Para entender as premissas que o secretário florentino adota é preciso confrontar a história de Florença - na qual ele se baseia para estabelecer sua crítica e posição.

Segundo nosso autor, Florença estava arruinada após uma sequência de governos instáveis, os quais tinham como objetivo a segurança e o favorecimento de uma das partes do corpo político, em detrimento do restante dos cidadãos. Ele situa o começo de tudo no ano de 1393, quando foi feita uma reforma no governo por *Maso Degli Albizzi*, instaurando uma república aristocrática. A consequência principal foi a criação de um tipo de governo cada vez mais restrito, o chamado *governo de regimentos*.

Este tipo de governo, voltado para a satisfação da facção que estivesse no poder, começou a instaurar métodos que cada vez mais restringiam o acesso do povo à participação política - enquanto isso, concentravam a autoridade numa elite dirigente cada

---

<sup>6</sup> ADVERSE, Helton (Org.). **Maquiavel: Diálogo sobre nossa língua e Discurso sobre as formas de governo de Florença**. Belo Horizonte: Ufmg, 2010.

vez mais seleta. Era de uso comum a manipulação das eleições, deixando boa parte da população de fora da vida pública. Além disso, dentro do governo havia uma separação entre aqueles que de fato tinham poder de decisão (pertencentes ao grupo hegemônico) e o resto do cidadãos, fadados a exercer cargos de pouca importância.

Vários foram os instrumentos usados por esses grupos políticos para preservarem sua condição de domínio. Utilizaram desde a manipulação eleitoral, controlando o acesso aos *três maiores ofícios*<sup>7</sup>, até a reivindicação de poderes extraordinários a serem obtidos mediante a constituição das *Balias*, que eram comissões dotadas de poderes excepcionais, destinadas a enfrentar uma situação inesperada, como, por exemplo, as guerras. (PANCERA, 2010, p.48)<sup>8</sup>

Esta forma de governo mudava também o tipo de representação exercida em Florença. Se antes, nos governos de corporações, a representação era amplamente social - com os magistrados vinculados à sua base - com o governo de regimentos essa representação se tornava muito mais política.

Esse tipo de mudança deixava de satisfazer um elemento importante da estabilidade de uma república: o povo. Quando uma república exclui uma parcela do corpo político dos assuntos públicos, além de deixar de aproveitar toda a *virtú* que poderia vir dessa participação, também gera um ambiente de instabilidade - pois o povo, acostumado a ter voz e liberdade, não aceitaria facilmente esta exclusão. Tal cenário fazia com que estes mesmos excluídos pudessem se aliar com quem quisesse derrubar o regime.

Maquiavel identifica todos estes defeitos em Florença, pois a cidade vinha de uma sucessão de formas de governo intermediárias<sup>9</sup> - nosso autor reconhece este tipo de governo como o causador da maioria dos inconvenientes que assolaram a cidade. Por conta de sua corrupção inerente e da insatisfação perene de boa parte do corpo político, os membros da *Senhoria*, apesar de aumentarem sua autoridade, não aumentavam, na mesma medida, a sua reputação - muito pelo contrário. Como as instituições públicas eram usadas para saciar fins meramente privados, além de seus integrantes serem todos alinhados politicamente com a classe dirigente, não existiam meios que barrassem a ganância dos poderosos, nem seu ímpeto de criar e alimentar facções. Sendo assim, criava-se um círculo vicioso: esta forma de governo promovia a corrupção, e a corrupção instalada no corpo político alimentava as lutas facciosas e o sequestro do governo pela elite comandante.

---

<sup>7</sup> Os *três maiores ofícios* eram as principais magistraturas executivas do governo.

<sup>8</sup> ADVERSE, Helton (Org.). **Maquiavel: Diálogo sobre nossa língua e Discurso sobre as formas de governo de Florença**. Belo Horizonte: Ufmg, 2010.

<sup>9</sup> Maquiavel denomina como estados intermediários (*stati di mezzo*) aquelas formas de governos que ficavam a meio caminho entre uma república e um principado. Ora pendiam mais para república, ora pendiam mais para principado. No entanto, não chegavam a ser, efetivamente, nenhuma destas formas de governo.

Os Médici fizeram parte deste esquema, Maquiavel não nega. Porém, é cauteloso ao emitir um juízo muito enfático. Principalmente sobre o regime mediceu mais recente. É verdade que o secretário florentino critica os governos de Cosimo, Lorenzo e Piero - o que faz de forma suave, destacando o apoio popular e prudência de Cosimo e Lorenzo, e evitando uma crítica mais contundente a Piero, pois apenas diz, em seu projeto, a respeito do governo destes:

[...] se aproximou mais do principado do que da república. Se durou mais que o outro [governo anterior dos Albizzi], foi por duas razões: a primeira, por ter sido feito com o favor do povo e a outra, por ter sido conduzido pela prudência de dois homens, que foram Cosimo e seu neto, Lorenzo. Apesar disso, enfraquecia tanto seu regime a obrigação de ser decidido pelos diversos conselhos <*deliberare per assai*> aquilo que Lorenzo pretendia fazer, que, por vezes, correu o risco de perdê-lo. Daí nasceram os frequentes parlamentos e os frequentes exílios que se realizaram durante e dete tal regime, o qual, depois, com o incidente da passagem do rei Carlos, enfim se perdeu. (DF, 2010, p.61)<sup>10</sup>

Vê-se que nosso autor estava em uma situação delicada. Existiam inúmeros defeitos nesses governos citados, e eles precisavam ser ditos aos Médici, pois, de modo contrário, estes não se convenceriam a ordenar uma verdadeira república - já que também existiam, na época, vozes dissonantes propondo outros tipos de ordenações políticas. Entretanto, Maquiavel também não poderia correr o risco de ofender seus interlocutores, por isso, nesses trechos capciosos, ele prepara o terreno com “adulações”, enquanto sorrateiramente insere sua desaprovação. Por fim, quando é preciso mencionar o governo do duque de Urbino, o secretário florentino se furta por completo, justificando sua omissão por já ser “coisa recente e de conhecimento de todos”. (MAQUIAVEL, 2010, p.61)<sup>11</sup> É claro que soa mais urgente a prudência em não tocar em assuntos tão recentes e sensíveis - até porque Maquiavel já havia arriscado o suficiente lançando críticas aos governos mediceus anteriores.

Resta, agora, tratar do governo de Savonarola. Este subiu ao poder com a derrocada dos Médici (logo após a passagem do rei francês pela Itália), fatos todos ocorridos no ano de 1494. Intitulado como o “profeta desarmado” por Maquiavel, conseguiu abalar as estruturas da cidade com sua grande capacidade de persuasão, mas sem o apoio de uma força armada que o protegesse<sup>12</sup>. Apesar da grande influência que exercia no povo florentino, fazendo-o acreditar que falava com Deus, seu governo também terminou por arruinar-se. Savonarola fez importantes mudanças na estrutura institucional de Florença, ampliando a participação política e dando à cidade trajes republicanos.

Porém, não conseguiu realizar todas as reformas que a cidade precisava, pois, se satisfiz o povo concebendo o *Conselho Grande*, não fez o mesmo com os oligarcas - os

---

<sup>10</sup> ADVERSE, Helton (Org.). **Maquiavel: Diálogo sobre nossa língua e Discurso sobre as formas de governo de Florença**. Belo Horizonte: Ufmg, 2010.

<sup>11</sup> Idem.

<sup>12</sup> Daí o codinome “profeta desarmado” cunhado pelo secretário florentino.

quais perderam espaço na república e não tiveram uma magistratura que compensasse o poder perdido. Como um dos humores, o dos grandes, deixou de ser contemplado, esta lacuna transformou-se num ponto de instabilidade na república. Outro ponto negativo era que não tinha um conselho intermediário que fizesse uma ponte entre o povo, representado pelo *Conselho Grande*, e o *Gonfaloneiro de justiça*. Isto trazia consigo dois problemas: além de perder a oportunidade de contentar os aristocratas e acalmar seu ânimo, a figura do gonfaloneiro ficava desamparada. Como consequência desse desamparo, se este fosse sábio e mau, poderia tomar o governo para si, e se fosse bom e fraco, poderia ser facilmente destituído. Maquiavel resume o problema afirmando que “o Gonfaloneiro não tinha em torno de si quem pudesse defendê-lo, se fosse bom, nem, se fosse mau, quem pudesse contê-lo ou corrigi-lo.” (DF, 2010, p.61)<sup>13</sup>.

É fato que Savonarola perpetrou outras mudanças na estrutura político-institucional de Florença - além da ampliação da participação política com a abertura do *Conselho Grande*. Instituiu-se outro conselho, o *Consiglio degli Ottanta*<sup>14</sup>, o qual pretendia ser um elemento intermediário entre o *Conselho Maior* e a *Senhoria*. Entretanto, como esta instituição estava aberta a ampla participação, não pôde dar amparo ao humor dos grandes, a elite florentina. Então, apesar da sua existência, por não ter um grupo que pudesse fazer frente e controlar os atos da *Senhoria*, sua funcionalidade ficava limitada. Por não estarem ali homens fortes o suficiente para proteger e/ou segurar o *Gonfaloneiro*, tal estrutura não podia cumprir sua função primordial para o bom funcionamento de uma república. Em resumo, além de não satisfazer um dos humores presentes no corpo político (o dos que desejam comandar), também não poderia controlar os desmandos dos homens poderosos que estivessem no governo. Como uma das consequências óbvias desse defeito na ordenação florentina, esta omissão “suscitou uma posterior reação dos aristocratas <*ottimati*> que queriam transformá-la numa espécie de *senado*, quando veriam institucionalizada sua classe.” (PANCERA, 2010, p.57)<sup>15</sup>

Como visto acima, todo este movimento iniciado por Savonarola - apesar de apaziguar momentaneamente as tendências facciosas da cidade ampliando a participação política - não foi suficiente para transformar Florença em uma verdadeira república. O frade dominicano, responsável por arrebatrar a fé dos florentinos com suas profecias, promovendo até a destruição de obras renascentistas, teve seu trágico fim no ano de 1498. Consequência de suas desavenças com o Papa Alexandre VI, a tensão entre os dois chegou ao seu auge no referido ano, no qual o frei Girolamo Savonarola foi preso, torturado, morto enforcado e, por fim, queimado na *Piazza della Signoria*, no centro de Florença.

Apesar da morte do frade, a pretensa república florentina permaneceu em atividade até o ano de 1512. Na época, o atual *Gonfaloneiro Vitalício* era Piero Soderini.

---

<sup>13</sup> ADVERSE, Helton (Org.). **Maquiavel: Diálogo sobre nossa língua e Discurso sobre as formas de governo de Florença**. Belo Horizonte: Ufmg, 2010.

<sup>14</sup> O referido conselho tinha um caráter consultivo, semelhante ao que era a *Pratica*, porém institucionalizado. Acabou por assumir seu lugar e a conferir-lhe uma natureza pública.

<sup>15</sup> PANCERA, Gabriel. **Maquiavel entre repúblicas**. Belo Horizonte: Ufmg, 2010.

Entretanto, por conta da aliança fiel ao reino da França, no fatídico ano de 1512, os Médici, apoiados pelo exército espanhol, tomaram o governo da cidade e condenaram Piero ao exílio. Maquiavel, que na época atuava como segundo chanceler da república, fora tratado como um conspirador. Preso e torturado, nosso autor também foi lançado ao ostracismo. Daí em diante começava uma nova forma de governo, de trajes principescos, encabeçada pelo jovem Lorenzo. Por fim, seu falecimento no ano de 1519 culminou na realização deste projeto político, o qual pretendemos analisar neste trabalho.

## CAPÍTULO 3

### UMA PROPOSTA REPUBLICANA PARA FLORENÇA

Quando Maquiavel constrói seu projeto político - em substituição aos governos de regimento<sup>16</sup> - procura formular um estado republicano em sua totalidade, ou seja, um governo que comporte e dê espaço a todos os tipos de homens que existem em uma cidade. Para isso ele precisa ordenar instituições que confirmem poder de mando aos *principais* e *medianos*<sup>17</sup>, além de garantir a participação política dos *últimos* - os quais também precisam ser satisfeitos se se quer uma república estável.

O primeiro passo dado em seu projeto foi mudar como estavam ordenados a *Senhoria* e os *Colégios*<sup>18</sup>. Segundo Maquiavel, “relativamente ao modo como é realizada a eleição, essas funções não podem ser ocupadas por homens graves e de reputação a não ser raramente.” (MAQUIAVEL. 2010, p.68.)<sup>19</sup> Sendo assim, propôs retirar, do modo como estavam, a *Senhoria*, os *Oito de Pratica* e os *Doze Bons Homens*. Em seus lugares entraria uma nova *Senhoria*, na qual seriam eleitos sessenta e cinco cidadãos (de quarenta e cinco anos completos). Destes, cinquenta e três das corporações maiores e doze das menores - os quais ocupariam os cargos de forma vitalícia. Haveria ainda um *Gonfaloneiro de Justiça* escolhido entre eles, que ficaria no cargo por dois ou três anos (Maquiavel também abre a possibilidade de ser também este cargo vitalício, a depender do caso).

Além disso, é proposta uma separação dos sessenta e quatro cidadãos restantes em duas partes. Cada parte governaria juntamente ao *Gonfaloneiro* por um ano, e assim alterna-se-iam sucessivamente. Aqui, além de Maquiavel querer dar um lugar institucional aos *principais*, também procura solucionar o problema das consultas aos homens privados (o que prejudica a saúde de uma república), pois os trinta e dois cidadãos que não estivessem governando junto ao *Gonfaloneiro* poderiam ser consultados a respeito das questões públicas. Desta forma, ao dar um caráter público a estes homens, eles teriam que se submeter ao crivo das leis e das instituições, em vez de ficarem “escondidos”, a parte do jugo público, como homens privados.

---

<sup>16</sup> Os governos de regimento eram aqueles em voga, em Florença, desde 1393 até o momento do escrito de Maquiavel. Eram governos que ora tendiam mais para uma forma principesca, ora para uma forma republicana. Entretanto, nunca conseguiam ser totalmente nem uma nem outra. Além disso, eram marcados pela restrição da participação política dos grupos adversários aos que estavam no poder. Os métodos usados para isso eram tanto a manipulação eleitoral quanto a reivindicação de poderes extraordinários.

<sup>17</sup> Duas categorias de homens presentes em qualquer corpo político. Estes tipos de homens, incluindo os *últimos*, serão explicados com mais profundidade logo à frente.

<sup>18</sup> Segundo PANCERA (2010, p.92) “a *Senhoria* era formada pelo *Gonfaloneiro de Justiça* e pelos *Oito de Guarda* e constituía-se no principal poder executivo de Florença. Era auxiliada por dois colégios (*colleghi*), o dos *Dezesseis Gonfaloneiros de Companhia* e o dos *Doze Bons Homens*, antigas magistraturas de representação territorial. Estes cargos todos juntos formavam os *três maiores ofícios*.”

<sup>19</sup> ADVERSE, Helton (Org.). **Maquiavel: Diálogo sobre nossa língua e Discurso sobre as formas de governo de Florença**. Belo Horizonte: Ufmg, 2010.

Para garantir que o *Gonfaloneiro* não ficasse sozinho no *Pallazio della Signoria* (sede do governo), Maquiavel separa estes trinta e dois cidadãos em quatro partes, sendo que cada uma delas governaria junto ao *Gonfaloneiro*, no palácio, durante três meses. Estes oito homens, ao lado do *Gonfaloneiro*, teriam a autoridade que a *Senhoria* - do tempo do governo de Piero Soderini - possuía. Já os trinta e dois, como um todo, se ocupariam das atividades que realizavam, na época, a *Senhoria*, os *Oito de Pratica* e os *Colégios*.

Nosso autor tem a preocupação de garantir que ninguém governará sem contrapontos. Ou seja, apesar de existirem cargos com um aspecto mais monárquico (como é o caso do *Gonfaloneiro de Justiça*) este não terá toda a autoridade para si, pois haverá outras instituições com poder de mando. Além disso, nem ao menos este ficaria sozinho no palácio, já que sempre haveria, pelo menos, oito membros da *Senhoria* junto dele.

Em seguida, Maquiavel introduz o que seria o segundo grau do governo - o qual comportaria a classe de homens a qual ele denomina de *medianos*. Esta classe teria também, em si, o desejo de comandar, entretanto, não estariam dentro do que eram considerados os homens poderosos (*grandi*), nem seriam homens de tanta gravidade e reputação.

Para eles, nosso autor propõe que o *Conselho dos Setenta, dos Cem* e o *Conselho do Povo e da Comuna*<sup>20</sup> sejam suprimidos em favor de um *Conselho de Duzentos*<sup>21</sup>. Este Conselho seria formado por cidadãos de quarenta anos completos (quarenta deles viriam das corporações menores e cento e sessenta das maiores) - entretanto, nenhum destes cidadãos poderiam vir dos *sessenta e cinco*.

Os membros desse conselho seriam vitalícios e ele seria chamado de *Conselho dos Escolhidos (consiglio degli scelti)*. Este Conselho, junto com os sessenta e cinco eleitos, deveria realizar todas aquelas funções e ter toda a autoridade que hoje têm os supracitados Conselhos, os quais seriam suprimidos em seu favor. Esse seria o segundo grau do governo e todos os membros seriam escolhidos por Vossa Santidade. (DF, 2010, p.70)<sup>22</sup>

O Papa mediceu aparece aqui como um elemento exógeno, estranho a uma forma republicana. Porém, necessário para a introdução de tal regime, pois, sem a boa vontade do Papa nada disso seria possível. Logo a frente, o secretário florentino o cita novamente (desta vez incluindo o cardeal), tranquilizando-os a respeito da segurança e autoridade

---

<sup>20</sup> PANCERA também fala a respeito destas instituições. O *Conselho dos Setenta* foi criado por Lorenzo de Medici, em 1480; o dos *Cem* foi fundado em 1458, similar ao que era a *Balia*, porém, pertencia a estrutura político-institucional florentina; o *Conselho do Povo e da Comuna* tinha origem comunal - no início, participavam dele membros das corporações maiores e menores, em diferentes proporções. (2010, p.96)

<sup>21</sup> Maquiavel também tem a preocupação de garantir a eficiência dos Conselhos (por isso eles estavam sendo “enxugados”). Ele considerava que os Conselhos que existiam em Florença eram feitos não por serem necessários à vida pública, mas sim para satisfazer mais cidadãos (corrompidos pelas facções), os quais não estariam lá para trabalhar em prol do bem comum.

<sup>22</sup> ADVERSE, Helton (Org.). **Maquiavel: Diálogo sobre nossa língua e Discurso sobre as formas de governo de Florença**. Belo Horizonte: Ufmg, 2010.

que manteriam neste seu projeto de governo, já que obteriam, por meio de *Balia*<sup>23</sup>, a mesma autoridade que tinha todo o povo florentino.

Além do *Conselho dos Escolhidos*, os magistrados dos *Oito de Guarda e Balia* (os quais eram encarregados dos julgamentos criminais) seriam eleitos pelo Papa Leão X. Maquiavel garantiu também que os Medici tivessem algum controle sobre as armas, pois o Papa ficaria encarregado de nomear, a cada ano, dois comissários para a infantaria - como esta seria dividida em duas partes, seria um comissário nomeado para cada uma.

Por fim, deve-se satisfazer o terceiro grau de homens, os *últimos* (formado pela totalidade dos cidadãos). Para estes é necessário que lhes devolva, ou lhes prometa devolver, a sua autoridade. Em uma república plena esta autoridade deveria ser devolvida o mais rápido possível, entretanto, dada a peculiaridade da situação florentina, isto deveria ser feito gradativamente - já que a expansão rápida do poderio popular poderia assustar os Médici e resultar na rejeição do projeto republicano de Maquiavel. Esta precaução é tomada logo em seguida à proposta de ampliar a participação dos *últimos*, pois o secretário florentino emenda seu argumento com a ressalva:

Como restituí-la toda de uma vez não seria seguro para seus amigos nem para a manutenção da autoridade de Vossa Santidade, é necessário em parte devolvê-la e em parte prometer fazê-lo, de maneira que estejam inteiramente seguros de tê-la de volta. Apesar disso, julgo ser necessário reabrir a sala do *Conselho dos Mil*, ou, ao menos, dos *Seiscentos* cidadãos, os quais distribuiriam, do modo como antes o faziam, todos os cargos e magistraturas, salvo os já mencionados *sessenta e cinco*, os *duzentos* e os *Oito de Balia*, os quais seriam designados por Vossa Santidade e pelo cardeal por todo tempo em que vivessem. (DF, 2010, p.71)<sup>24</sup>

Apesar de ser um ferrenho crítico do uso das instituições públicas para benefícios privados, nosso autor sugere que os Médici corrompam a eleição dos membros do *Conselho dos Mil*. Ele diz, explicitamente, que os Médici devem escolher uma comissão eleitoral alinhada, a qual, além de manipular a qualificação, fraudaria também a extração<sup>25</sup> - e esta comissão não poderia negar a nenhum de seus partidários a participação no Conselho. Como fachada, Maquiavel sugere que se permitisse que o Conselho enviasse “dois cidadãos por ele selecionados para serem testemunhas dos escrutínios.” (MAQUIAVEL, 2010, p.71)<sup>26</sup>. Desta forma, o povo não suspeitaria da manipulação e acreditaria que a eleição seria pleiteada por aqueles que escolhesse.

---

<sup>23</sup> A *Balia* era um conselho com poderes extraordinários. Em teoria, deveria ser usada apenas em situações igualmente extraordinárias. Porém, era usualmente utilizada pelos grupos hegemônicos para se furtarem aos processos ordinários, decidindo sem precisar do aval de outras instâncias. Era isso que Maquiavel estava propondo que os Medici fizessem - apesar de ser crítico deste tipo de expediente. Entretanto, encarava este recurso como transitório, pois não pretendia que continuasse a ser usado ao fim da vida do Papa e do cardeal.

<sup>24</sup> ADVERSE, Helton (Org.). **Maquiavel: Diálogo sobre nossa língua e Discurso sobre as formas de governo de Florença**. Belo Horizonte: Ufmg, 2010.

<sup>25</sup> Maquiavel se refere a verificação de cidadãos aptos a servir no Conselho, e na extração (sorteio) dos candidatos escolhidos.

<sup>26</sup> Idem.

Como dito anteriormente, tudo isto seria uma grande contradição a toda sua teoria se, ao escrever este projeto, não tivesse em mente que todas estas propostas extraordinárias seriam transitórias. Ou seja, durariam o tempo de vida do Papa e do cardeal. Se fosse deixado desta maneira, indefinidamente, a república, mais cedo ou mais tarde, acabaria por decair, com a corrupção se espalhando por todo o corpo político. Maquiavel provavelmente estava ciente que eles (Papa e cardeal) não deveriam ter um tempo de vida muito longo, já que ambos não estavam mais no auge da juventude - os dois tinham na época mais de quarenta anos. Se esta idade parece pouca agora, devemos lembrar que na Renascença a expectativa de vida não era muito alta. Haviam as exceções, é claro. Mas, com a boa vontade da *Fortuna*, estes tempos de vigência dos Médici poderiam ser breves.<sup>27</sup>

Embora fossem dadas todas as garantias de que os Médici teriam atuação dentro do *Conselho Maior*, Maquiavel traz outro argumento que destaca a importância de aumentar o poder popular: não existe república estável se esta não satisfizer a totalidade dos cidadãos. E, como estes não serão satisfeitos se não se reabrir a sala do *Conselho Maior*, esta defasagem torna-se um ponto de fragilidade do governo mediceu. Pois, como o secretário florentino argumenta, se alguém quiser usurpar o poder da Casa Médici, terá na reabertura desse Conselho um grande ponto de vantagem - já que assim ganharia o apoio popular perdido pela restrição à participação destes nos assuntos públicos.

Outra ordenação importante para o equilíbrio dos poderes é a continuação dos *Dezesseis Gonfaloneiros das Companhias do Povo*<sup>28</sup>. Estes deveriam ser eleitos ou pela autoridade do Papa, ou pelo Conselho - também deveria-se ampliar a possibilidade de participação neste ofício pela cidade. Ressalta-se, no entanto, que não poderiam participar dessa magistratura nenhum dos *sessenta e cinco*.

Nosso autor pensa num sistema de sorteio e revezamento, no qual quatro desses magistrados seriam sorteados e ocupariam o cargo por um mês - e assim sucessivamente, até que todos os dezesseis o tivessem ocupado. Destes quatro, a cada semana um seria eleito para ficar no palácio junto com os nove senhores que lá residiam - ao final do mês todos os quatro já teriam feito residência.

A importância de sempre ter presente um desses gonfaloneiros no palácio era que eles teriam um papel crucial no controle das deliberações da *Senhoria* e do *Conselho dos Duzentos* - instituições onde estariam presentes os *principais* e os *medianos* (ambos dotados da vontade de comandar). Basicamente, os membros da *Senhoria* em residência no palácio não poderiam decidir nada sem a presença do gonfaloneiro representante - este não teria direito a voto, porém, seria testemunha das deliberações, com direito ao veto destas caso achasse necessário. Em caso de impedimento, a deliberação era adiada e só seria reaberta quando todos os *trinta e dois* estivessem reunidos. Estes *trinta e dois* só poderiam começar a deliberar se estivessem presentes dois gonfaloneiros. Da mesma

---

<sup>27</sup> No final, o mais longevo dos dois, o cardeal, morreu em 1534. Se este projeto maquiaveliano tivesse sido posto em prática, a república só teria que suportar este elemento exótico por pouco mais de uma década.

<sup>28</sup> Magistratura de representação territorial.

forma, a única autoridade que estes dois teriam seria a de vetar essa outra deliberação, enviando-a ao *Conselho dos Escolhidos*. Agora, o Conselho só poderia debater se estivessem ali seis destes representantes (junto dos dois anteriores). Estes, novamente, só teriam o poder de impedir a decisão e de reenviá-la ao *Conselho Grande* - para isso acontecer pelo menos três desses gonfaloneiros deveriam estar de acordo em mandar a deliberação para outra instância. Por fim, o *Conselho Grande* só poderia se reunir se estivessem presentes doze dos gonfaloneiros, dentre estes pelo menos três dos representantes anteriores - neste caso, os gonfaloneiros votariam como os demais cidadãos.

Maquiavel justifica a ordenação feita deste modo pelo seguinte motivo:

Depois da vida de Vossa Santidade e da do eminentíssimo cardeal, a ordenação dos colégios feita desse modo é necessária por duas razões: uma, para que a Senhoria ou o outro Conselho, tendo junto de si quem lhe tolha a sua autoridade e a remeta a uma outra magistratura, não decida algo sem o consenso (*per desunione*) ou execute coisas contra o bem comum por astúcia, pois não é bom que um tipo de magistrado ou de conselho possa impedir uma ação sem que haja quem possa decidi-la. Não é bom também que aqueles cidadãos que têm o governo em suas mãos não tenham quem os observe e quem os faça absterem-se das obras que não são boas, tolhendo-lhes a autoridade que usarem mal. (DF, 2010, p.74)<sup>29</sup>

Com as coisas ordenadas deste modo não haveria nenhuma instituição governando sozinha, sem vigilância. Do mesmo modo, aqueles que tinham a função de vigiar e vetar as deliberações também não poderiam fazer isso indefinidamente, pois haveria um limite de instâncias, e na última, com o *Conselho Grande* fazendo parte da tomada de decisões, algo deveria ser acordado. Era importante para Maquiavel que, apesar de os homens no governo necessitarem de controle e contrapeso, também houvesse o dever de decidir - do contrário o remédio contra as arbitrariedades dos *principais* acabaria por enrijecer as ordenações político-institucionais.

Além da função prática de observar os que tomam as decisões, essa ordenação dos *dezesesseis gonfaloneiros* também cumpriria o papel de acalmar os ânimos do povo. Como a possibilidade de participação na *Senhoria* seria restrita, era preciso que os cidadãos que nela não pudessem atuar tivessem uma função semelhante à que lhe era tolhida. Pois, para não cometer o mesmo erro de Savonarola, Maquiavel alocou os *grandes* em espaços de poder que os deixassem satisfeitos. Com uma ordenação político-institucional que acolhesse todos os humores presentes num corpo político, as chances dessa nova república se manter com estabilidade e segurança aumentava muito.

No entanto, logo após Maquiavel complementa com a ressalva de que o Papa também teria influência no andamento dessa magistratura, pois que não deveria deixar ninguém exercer esta função sem a sua licença - a qual poderia ser usada para “reportar

---

<sup>29</sup> ADVERSE, Helton (Org.). **Maquiavel: Diálogo sobre nossa língua e Discurso sobre as formas de governo de Florença**. Belo Horizonte: Ufmg, 2010.

as ações daquelas ordenações à sua autoridade e ao seu governo.” (MAQUIAVEL, 2010, p.74)<sup>30</sup>

Com a prudência obtida pela vida política e pela leitura dos antigos, nosso autor também propõe a instituição de uma magistratura que sirva de recurso às decisões dos *Oito de Guarda e Balìa*. Tal ordenação seria composta por trinta cidadãos, extraídos dos *Duzentos* e dos *sessenta e cinco*, juntos. Tanto o acusador quanto o réu poderiam recorrer dentro de certo prazo. Semelhante magistratura é necessária em uma república para garantir segurança aos julgadores, pois, se poucos cidadãos podem ficar expostos em demasia (principalmente quando os envolvidos no julgamento são homens poderosos), quando este número é maior cada membro se esconde, e se escondendo podem se proteger. Outra consequência importante é que este expediente obrigaria os *Oito* (juízes de primeira instância) a expedirem as causas e, de fato, se esforçarem a fazer justiça, já que o temor de um recurso os faria julgar com mais retidão.

Há, no entanto, duas ressalvas. Uma já conhecida, que garante aos Médici que este mecanismo não seria usado sem sua permissão, e outra que garante um uso não discricionário (e que não sobrecarregasse os encarregados) desta instituição, já que não seria qualquer causa que teria direito a recorrer a esta magistratura. Maquiavel estabelece alguns limites. Por exemplo, no que cabe a crimes de fraude não poderiam recorrer em casos que envolvessem menos de cinquenta ducados. Já nos crimes violentos só seria possível recurso se a agressão fosse seguida de fratura de osso ou de derramamento de sangue - ou quando o dano alcançasse a soma de cinquenta ducados.

Finalizadas as menções a todas as partes necessárias para a instituição de uma república em Florença, o secretário florentino segue com uma argumentação que convença o Papa e o cardeal que aquele é o melhor caminho a ser seguido. Não só porque as coisas ordenadas da maneira proposta garantiriam um poder quase monárquico aos Médici restantes, mas também porque esse rumo seria mais seguro para eles e seus amigos. Nosso autor explicita algumas possibilidades alarmantes avisando o que poderá acontecer à Florença se nada for mudado:

Se sobrevier um acidente e a cidade não estiver reordenada de outra maneira, ocorrerá uma das duas coisas, ou as duas juntas: ou ela escolherá um chefe tumultuário e impulsivo, que, com as armas e com a violência, defenda o estado, ou uma parte correrá a abrir a sala do Conselho e entregará a outra como presa. Se qualquer uma destas duas coisas acontecer (que Deus nos guarde), pense, Vossa Santidade, quantas mortes, quantos exílios, quantas extorsões se seguirão, que fariam qualquer cruelíssimo homem, e mais ainda Vossa Santidade, que é piedosíssimo, morrer de desgosto. (DF, 2010, p.77-78)<sup>31</sup>

---

<sup>30</sup> Idem.

<sup>31</sup> ADVERSE, Helton (Org.). **Maquiavel: Diálogo sobre nossa língua e Discurso sobre as formas de governo de Florença**. Belo Horizonte: Ufmg, 2010.

Além disso, Maquiavel também apela para a própria vaidade dos interlocutores, pois, segundo ele, “nenhum homem é tão louvado em alguma ação sua quanto aqueles que, com leis e com instituições, reformam repúblicas e reinos. Estes são, depois daqueles que fundaram religiões, os primeiros louvados.” (DF, 2010, p.76)<sup>32</sup>

Postas as coisas desta maneira não teria porque os Médici não seguirem este caminho. Já que garantiriam segurança, glória e poder. Tudo o que um *uomini grandi*, categoria a qual eles pertenciam, poderia querer.

### CAPÍTULO 3.1

#### A FORMAÇÃO DE UMA REPÚBLICA ESTÁVEL

Ao longo de todo o projeto, Maquiavel se preocupa em configurar um entrelaçamento institucional no qual haja controle mútuo. Aqueles com o desejo de comandar, e que fariam parte de órgãos executivos, como a *Senhoria*, teriam suas ações controladas por outra instituição, os *dezesseis gonfaloneiros das companhias* - consequentemente, o desejo por poder dos grandes seria satisfeito ao mesmo tempo em que se acalmaria o temor do povo de ser oprimido.

Como sabemos, o secretário florentino era um grande admirador da república romana, a qual era vista por ele como exemplo de cidade a ser seguida. Uma das características mais eminentes desta república era a sua constituição mista - havia ali a garantia de espaço na estrutura institucional para os três tipos de governos puros: a monarquia, a aristocracia e a democracia. Em Roma, o elemento monárquico estava representado na figura dos cônsules; a aristocracia refletida no Senado; e a democracia simbolizada pelos Tribunos da Plebe.

A premissa era que apesar de os governos puros, em si, serem bons, facilmente poderiam se degenerar em suas formas impuras, ou seja, corrompidas. Desta forma, rapidamente uma monarquia transformar-se-ia em tirania; a aristocracia em oligarquia; e a democracia em oclocracia.<sup>33</sup>

Se, então, as formas puras de governo fatalmente desembocariam em suas versões degeneradas, era preciso um tipo de governo que superasse este defeito, mantendo-se saudável no máximo de tempo possível<sup>34</sup>. A constituição mista aparecia como uma alternativa à curta vida das formas de governo puras. Basicamente, ao usar o melhor de cada tipo puro e estabelecer um sistema de salvaguardas - no qual uma esfera de poder teria mecanismos de controlar os excessos da outra - criava-se ali um remédio aos vícios

---

<sup>32</sup> Idem.

<sup>33</sup> A respeito da mobilização do conceito de constituição mista em Maquiavel, SILVA diz “Não há como ignorar que a narrativa maquiaveliana da emergência da república romana mobiliza abundantemente os elementos da teoria da constituição mista, especialmente na versão de Políbio.” (2017, p. 4)

<sup>34</sup> Maquiavel tinha ciência que mesmo o melhor dos governos algum dia haveria de adoecer e se corromper, entretanto, alguns tipos de governos tinham mais durabilidade do que outros.

decorrentes de um rei arbitrário<sup>35</sup>; de uma oligarquia gananciosa; e de uma multidão irracional e desenfreada.

Dito isto, podemos perceber que Maquiavel adapta algo como uma constituição mista em seu projeto para Florença - traz em sua estrutura elementos monárquicos, aristocráticos e democráticos. O *Gonfaloneiro de Justiça* surgiria como a figura principesca; a *Senhoria* e o *Conselho dos Escolhidos* como os membros aristocráticos; e o *Conselho Maior*, de caráter popular, assim como os *dezesseis gonfaloneiros das companhias do povo*, representariam o fundamento democrático. Estas três formas de governo foram alocadas na estrutura político-institucional de modo que, na prática, nenhuma delas tivesse poder absoluto, ou seja, que pudesse agir a despeito das demais, sobrepondo-se a elas. Entretanto, também há a preocupação de que este sistema de salvaguardas não inibisse a ação, pois, como dito anteriormente, haveria um limite de obstruções - instituindo-se uma instância máxima, na qual seus membros seriam obrigados a chegar num consenso.

Em relação ao papel institucional dos Médici, apesar de eles existirem, neste projeto, quase como príncipes de Florença, eles não apareceriam ali como membros tradicionais deste modelo romano de constituição mista. Eram, antes de tudo, um elemento dissidente. Não envolveriam-se, ao lado do *Gonfaloneiro de Justiça*, como um componente monárquico - participando deste tenso equilíbrio de poderes. De fato, os Médici eram uma força das circunstâncias, um imposição da *Fortuna*, com quem o povo florentino deveria lidar até ser totalmente livre. Como esta Casa vigoraria como um forte sujeito corrompedor, não poderia atuar nos assuntos públicos por muito tempo, com o risco de perverter todo o corpo político.

Não restam dúvidas que a participação dos Médici tão entranhada nos rumos da cidade era arriscada. Entretanto, para convencer o Papa e o cardeal que seu projeto era uma boa alternativa, Maquiavel teve que fazer muitas concessões, as quais aumentariam a vulnerabilidade da cidade frente aos desmandos desses homens tão poderosos. A situação exigia uma escolha: ou manter um formato estritamente republicano e correr o (forte) risco de ser terminantemente rejeitado pelo Papa, ou construir um projeto mais palatável para os Médici, mas com o ônus de fragilizar a estrutura político-institucional da cidade. Maquiavel escolheu o segundo caso, e o fez porque conhecia a natureza humana, a qual dificilmente abriria mão de seus desejos por motivos altruístas - ainda mais quando a pessoa em questão era um homem poderoso, acostumado a exercer os mais altos postos e estar sempre acima dos demais cidadãos.

Outro ponto importante a ser levado em consideração é o fato de Maquiavel também ter se preocupado em satisfazer todos os humores presentes no corpo político. Aos grandes, que têm o desejo de comandar, instituiu postos executivos. Ao povo, que apenas não quer ser oprimido, ordenou instituições que vigiariam e controlariam os

---

<sup>35</sup> Neste caso, este governante não mais teria a terminologia de rei, mas sim de tirano, pois até mesmo um rei precisa de submeter a algumas leis que estão acima de si.

excessos daqueles que estivessem em cargos executivos. Desta forma, duas fontes de instabilidades seriam cessadas: a que provém dos grandes quando estes não têm um espaço público para exercer o poder, e a que vem do povo, quando este se sente ameaçado e acuado pelos desmandos dos poderosos.

Como os diversos tipos de cidadãos teriam a possibilidade de atuar publicamente, todos também estariam, em pé de igualdade, sob o jugo das leis e das instituições. Esta alocação de todos os agentes políticos dentro de esferas institucionais resolveria um grave problema de Florença: o danoso costume de cidadãos privados influenciarem os rumos da cidade. Isto era fonte de corrupção, pois, além de estes homens desautorizarem os cidadãos que exerciam cargos públicos, eles também não estavam sob o crivo das leis. Como seus atos não poderiam ser controlados por ninguém, eles podiam se sobrepor aos demais e articular ações que apenas beneficiasse uma parte do corpo político, em detrimento do bem-estar da cidade como um todo.

## CAPÍTULO 4

### **O DISCORSI E O DISCURSO: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS**

Quando Maquiavel começa a analisar, em seu projeto, qual seria a forma de governo mais adequada para Florença, ele se atenta em sobrepor corretamente dois elementos: forma e matéria. Além disso, é taxativo quanto aos modelos de governo possíveis: ou uma república, ou um principado, nada além (ou entre) isso. Resta agora saber qual destas duas formas seria a mais propícia para Florença. Para elucidar a questão, Maquiavel introduz a premissa de que, em cidades onde é grande a igualdade entre os cidadãos, com muita dificuldade se ordena um principado; assim como, em cidades nas quais predomina a desigualdade, não se pode estruturar uma república.

Como conclusão, Maquiavel argumenta aos Médici que, se eles querem manter um governo duradouro, precisam inserir uma forma que esteja em consonância com a matéria. A pergunta que se põe em seguida é se Florença é uma cidade com a marca da igualdade ou com a marca da desigualdade.

Segundo nosso autor, Florença tem em si a marca da igualdade, a qual pode ser verificada pela ausência de gentis-homens. Em cidades nas quais sua existência era grande, a desigualdade predominava. Como Florença tinha uma quantidade irrelevante deste tipo de cidadão, não era possível, nem sensato, instituir um principado. Já que, para tal, seria preciso que primeiro fossem criados nobres, os quais comandariam vilas e castelos, e assim ajudariam o príncipe na subjugação do povo. “Pois um príncipe sozinho, sem uma nobreza ao seu redor, não pode suportar o peso de um principado, sendo necessário que entre ele e o universal haja uma classe intermediária que o ajude a fazê-lo.” (DF, 2010, p.66)<sup>36</sup> Em seguida, o secretário florentino também rejeita que se “force” a instituição de um principado em um lugar como Florença, pois, além de tudo o que já foi dito, também tal empreitada seria algo desumano e indigno de quem quer que se pretenda ser piedoso e bom.

Podemos perceber que esta premissa apresentada no *Discurso* não é algo inédito na teoria maquiaveliana. Ao longo do seu *Discorsi* vemos essa mesma tese explicitada, principalmente, no capítulo 55. Ali, Maquiavel fala largamente sobre o quão perniciosos são os gentis-homens dentro de uma cidade - deixando explícito também sua clara preferência pela república. Podemos ver com nitidez o que nosso autor entende por esta categoria de homens quando diz que estes são aqueles cidadãos que vivem ociosos, donos de grandes porções de terras, das quais tiram sua renda. Dentre os mais nocivos dos gentis-homens estão aqueles que, além disso, também possuem castelos e súditos, os quais lhes devem obediência.

---

<sup>36</sup> ADVERSE, Helton (Org.). **Maquiavel: Diálogo sobre nossa língua e Discurso sobre as formas de governo de Florença**. Belo Horizonte: Ufmg, 2010.

Igualmente nos *Discorsi* é dito que em cidades nas quais é grande a igualdade seus cidadãos são intolerantes com esta categoria de homens - os quais são tidos por inimigos. O grande motivo por trás da repulsa que os gentis-homens causam em cidades de grande igualdade é que estes são “inimigos da civilidade [*civiltà*]”. (MAQUIAVEL, 2007, p. 161)<sup>37</sup> Pois, tal categoria não quer estar a mercê das leis e instituições, mas sim deseja estar acima destas e dos demais cidadãos.

Florença também é mencionada neste mesmo capítulo, no qual Maquiavel introduz a tese de que esta é uma cidade com a marca da igualdade. O secretário florentino a cita ao lado das cidades de Siena e Lucca, e emenda afirmando que estas províncias desejavam manter sua liberdade. A explicação de que nestas cidades era grande a igualdade vem do fato de que lá não existiam senhores donos de castelos e, no caso dos gentis-homens, se os tinham, eram poucos. E é tamanha a igualdade destes estados que, segundo Maquiavel, se houvesse um homem prudente com conhecimento das antigas cidades (principalmente da república romana) facilmente introduziria lá uma vida civil.

O argumento de forma e matéria presente no *Discurso* está em pleno acordo com a teoria apresentada nos *Discorsi* - neste o argumento está largamente desenvolvido, enquanto no *Discurso* é brevemente apresentado, mas sem nenhuma mudança essencial. Podemos ver a semelhança no seguinte trecho:

[...] Quem quiser criar uma república onde houver muitos gentis-homens não poderá fazê-lo sem antes os eliminar todos, e todo aquele que quiser criar um reino ou um principado onde houver bastante igualdade só poderá fazê-lo extraíndo dessa igualdade muitos que tenham ânimo ambicioso e inquieto, tornando-os gentis-homens de fato, e não de nome, dando-lhes castelos e possessões, além de favores em bens e homens, para que, postos no meio desses homens, por meio deles mantenham seu poder, e tais homens, por meio dele, mantenham sua ambição; e que os outros sejam obrigados a suportar o jugo que só a força, e nada mais, pode fazê-los suportar. (DT, 2007, p.162)<sup>38</sup>

Baseado na conclusão de que em Florença a forma de governo mais adequada era uma república, nosso autor parte para a formulação de todos os elementos necessários para que esta durasse no tempo e preservasse a liberdade do corpo político. Maquiavel tem por fundamento que em toda cidade existem dois humores fundamentais: o dos grandes e o do povo. Os grandes desejam oprimir, e o povo deseja não ser oprimido. É a partir desta contradição, e a levando em consideração, que uma república saudável deve se ordenar. Para equilibrar ânimos tão diferentes se faz necessário a alocação institucional destas duas naturezas. Para tanto, nosso autor dividiu, em seu projeto político, os homens em três categorias: os *principais*, os *medianos* e os *últimos*. Apesar de manter a mesma base teórica de divisão da cidade em humores diferentes e contrastantes, no *Discorsi* não

---

<sup>37</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. Introdução de: Newton Bignotto.

<sup>38</sup> *Idem*.

existe esta divisão em três partes. Ao que tudo indica, esta foi uma inovação prática para a introdução desta teoria em um ordenamento institucional.

Podemos ver a divisão de humores separada em duas categorias em um trecho dos *Discorsi*, no qual Maquiavel discorre sobre os tumultos gerados em Roma pela desunião entre a plebe e o Senado: “[...] em toda república há dois humores diferentes, o do povo, e o dos grandes, e que todas as leis que se fazem em favor da liberdade nascem da desunião deles [...]” (MAQUIAVEL, 2007, p.22)<sup>39</sup> No capítulo 5 dos *Discorsi*, ao discutir sobre quem deveria ser o guardião da liberdade, o povo ou os Grandes, Maquiavel descreve as duas categorias da seguinte forma:

E sem dúvida, se considerarmos o objetivo dos nobres e dos plebeus [*ignobili*], veremos naqueles grande desejo de dominar e nestes somente o desejo de não ser dominados e, por conseguinte, maior vontade de viver livres, visto que podem ter menos esperança de usurpar a liberdade do que os grandes [...] (DT, 2007, p.24)<sup>40</sup>

Mas, apesar da pequena diferença entre uma obra e outra, é notável que existe mais uma continuidade entre elas do que uma quebra. Nos *Discorsi* Maquiavel fornece a base teórica, o dado fundamental, o qual qualquer ordenador de uma república deve levar em conta se quiser um estado duradouro. Já no *Discurso* o secretário florentino constrói um modelo de governo prático, com estruturas que podem ser levadas diretamente do papel para a implementação real. Para isso ele teve que traduzir os dois humores em três tipos de homens. Na versão do *Discurso*, o humor que possui a vontade de comandar pode ser dividido em duas espécies: os *principais* e os *medianos*. Dentre os *principais* estariam os mais poderosos, mas também os homens graves e de reputação. A estes seriam concedidos os postos mais altos no comando da cidade. Já os *medianos* seriam aqueles homens que, assim como os principais, teriam dentro de si a vontade de dominar - entretanto, diferente daqueles, não seriam tão poderosos, nem tão reconhecidamente graves e de reputação. Mas, apesar de não estarem no mesmo nível daqueles, também deveriam ser satisfeitos para que tivessem seu ânimo contido. Pois, não tendo seu desejo atendido, tornar-se-iam fonte de agitação perniciosa para o bom funcionamento da cidade.

Os *últimos* seriam, obviamente, representantes daquele humor que apenas deseja não ser dominado. Estes deveriam ter seu temor apaziguado por meio da participação política na república - participação esta que teria também o poder institucional de botar freio aos avanços dos Grandes (neste caso, *principais* e *medianos*). No projeto maquiaveliano a solução encontrada foi - além da abertura do *Conselho Maior*<sup>41</sup> - a denominação dos *dezesseis gonfaloneiros das companhias do povo*. Estes cidadãos teriam

---

<sup>39</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. Introdução de: Newton Bignotto.

<sup>40</sup> Idem.

<sup>41</sup> O *Conselho Maior* também deveria ter seus membros eleitos pelo povo (do mesmo modo como era feito quando o *Conselho* foi reaberto em 1494), entretanto, esta magistratura não tinha a mesma representação territorial que os *dezesseis gonfaloneiros*.

um papel fundamental - seriam mais uma ponte entre povo e governo. No caso dos *dezesseis gonfaloneiros*, como os cidadãos escolhidos teriam representação territorial, ao estarem mais perto daqueles que representavam, trariam à população um sentimento de que seus interesses estariam mais bem preservados. E, de fato, tal sentimento não seria sem fundamento, já que os eleitos, por estarem mais próximos dos “eleitores”, seriam mais diretamente influenciados por suas demandas. Por fim, com seu poder de veto, garantiriam que os membros das magistraturas mais altas não decidissem à revelia dos interesses do povo. Em resumo, além de deixarem satisfeitos os desejos da população de não ser dominada, também ajudariam a vigiar as ações dos grandes, evitando que o bem de uma parte se sobrepusesse ao bem do corpo político como um todo.

Atrelado ao tema dos humores do corpo político e da ordenação institucional destes, vem a questão de quem deveria ser o guardião da liberdade na república: se o povo ou os Grandes. Maquiavel trata dessa questão nos *Discorsi*, e pondera que uma república que queira construir um império como Roma deve depositar a guarda da liberdade no povo. Mas, caso à república baste manter-se, deve então se ordenar do mesmo modo que a república de Veneza e Esparta. Entretanto, nosso autor dá indícios de achar mais seguro a guarda da liberdade ficar nas mãos do povo - pois, como o povo apenas não quer ser dominado, seus interesses são mais puros e menos gananciosos que o dos Grandes. No final do capítulo 5 deste mesmo livro fica clara a preferência:

[...] Muito se discutiu sobre quem seria mais ambicioso, se aquele que quer manter ou se aquele que quer conquistar; porque facilmente ambos os desejos podem dar razão a enormes tumultos. No entanto, no mais das vezes estes são causados por aqueles que mais possuem, porque o medo de perder gera neles as mesmas vontades que há nos que desejam conquistar; pois os homens só acham que possuem com segurança o que têm quando acabam de conquistá-lo do outro. E há muitos que, possuindo muito, podem com mais poder e maior efeito [*moto*] provocar mudanças. (DT, 2007, p.26)<sup>42</sup>

Se trouxermos esta teoria presente nos *Discorsi* e compararmos com as propostas do projeto político maquiaveliano, vemos que em alguns trechos nosso autor traz indícios que também ali pretende deixar a guarda da liberdade nas mãos do povo. Ao falar sobre os *dezesseis gonfaloneiros*, profere a seguinte constatação:

[...] Retirando da universalidade dos cidadãos a possibilidade de fazer parte da *Senhoria* e suprimindo a *Senhoria* tal como hoje é feita, é necessário restituir-lhes uma função que se assemelhe àquela que se lhes tolhe, e essa é tal que é maior, mais útil à república e mais honrosa do que aquela. Por ora, esses *gonfaloneiros* deveriam ser eleitos para conformar a cidade a estas ordenações. (DF, 2010, p.74)<sup>43</sup>

---

<sup>42</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. Introdução de: Newton Bignotto.

<sup>43</sup> ADVERSE, Helton (Org.). **Maquiavel: Diálogo sobre nossa língua e Discurso sobre as formas de governo de Florença**. Belo Horizonte: Ufmg, 2010.

Ou seja, aos gonfaloneiros, representantes do povo no governo, caberia o papel de vigilantes dos poderosos, e também garantidores de que aquela ordem republicana seria colocada em prática com as suas devidas funções. Se levarmos em conta toda a análise de Maquiavel sobre a essência dos *Grandes* e do povo, vemos que ele coloca sob o povo a tarefa de vigiar e garantir que as ordenações republicanas sejam seguidas, justamente porque eles têm mais a ganhar com este estado de coisas do que os nobres. Estes, ao contrário, podem ter uma reação contrária ao bem da república por medo de perder espaço para o povo. Provavelmente por isso o secretário florentino deixou explicitado que nenhum dos *sessenta e cinco* (da *Senhoria*) poderia fazer parte dessa magistratura, afinal, haveria um encontro de interesses.

Entretanto, esta função de vigilância vai de encontro a outra problemática que Maquiavel introduz nos *Discorsi*. No capítulo 50 é dito que, ao conferir a algum poder público uma função, esta deve ser dada junto à imposição de fazê-la de qualquer maneira, ou, pelo menos, estabelecer a transferência da função para outro conselho ou magistrado, caso o anterior, por algum motivo, não possa cumpri-la. Esta proposição encontra amparo no projeto político para Florença quando nosso autor trata da magistratura dos *dezesseis gonfaloneiros*. É estabelecido um limite de vetos que essa magistratura pode emitir, já que a importância de impor freios aos poderosos não pode culminar no engessamento da atividade política. Por isso, exatamente de acordo com o que é dito neste capítulo citado dos *Discorsi*, Maquiavel estabelece um limite de instâncias para as quais devem ser enviadas as deliberações - já que, chegando até o *Conselho Maior* fica determinada a obrigação de decidir, caso em que até os *gonfaloneiros* poderiam votar.

[...] É de notar que nunca se deve estabelecer [*ordinare*] numa cidade que um pequeno número de homens tenha nas mãos deliberações como as que ordinariamente são necessárias à manutenção da república. Por exemplo, se conferes a um conselho poderes de distribuição de honras e vantagens, ou a um magistrado autoridade para administrar uma questão, é preciso impor-lhes a obrigação de fazê-lo de qualquer maneira, ou então estabelecer [*ordinare*] que, se tal conselho ou magistrado não quiser o encargo, outro possa fazê-lo. (DT, 2007, p.147)<sup>44</sup>

Ao longo do *Discurso* fica evidente que este projeto conversa, em diversas passagens, com as máximas presentes nos *Discorsi*. Maquiavel traz ao plano político-institucional o que proferiu enquanto teorizava sobre a instituição e manutenção das repúblicas. Todavia, existe um elemento importante deste seu tratado que não está devidamente formalizado no seu projeto. Ao longo da vida intelectual do secretário florentino, este sempre expressou a importância da religião para a saúde do corpo político, mostrando que onde há religião, há bondade, e, neste caso, os cidadãos são mais ciosos de respeitar as leis e as instituições. Porém, neste projeto, a religião não está alocada como elemento constituinte da vida na cidade. Talvez, por ser um assunto delicado por seu interlocutor ser o Papa, já que nosso autor fizera muitas críticas aos costumes degenerados

---

<sup>44</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. Introdução de: Newton Bignotto.

da igreja católica - a qual é tida por Maquiavel como um importante agente na ruína da Itália.

## CAPÍTULO 4.1

### POLÍTICA E RELIGIÃO NA REPÚBLICA

É importante frisar, antes de tudo, que quando Maquiavel fala da importância da religião em uma cidade, ele não faz referência a alguma espécie de governo teocrático, nem tampouco compactua com o uso da política (ou seja, sua instrumentalização) para a perpetuação de interesses e ideologias religiosas específicas. A religião seria, ao contrário, uma força aliada, que cimentaria o corpo político, tornando os cidadãos não só mais bondosos, mas também mais temerosos de desobedecer as leis. Para tal fim, pouco importa a religião em si, basta que ela ative nos cidadãos sentimentos de acordo com a vida cívica, e os incentive a atuar em prol do bem comum e da república.

A igreja católica atuava de modo totalmente contrário ao que seria o comportamento ideal de uma autoridade religiosa alinhada com os valores republicanos. Além de não instigar o povo a atuar publicamente - pelo contrário, pregava uma vida mais voltada a fins privados, como a salvação n'outro mundo - também era fonte de corrupção. No capítulo 12 dos *Discorsi* Maquiavel apresenta as razões pelas quais a Itália estava arruinada - justamente por não levar a sério os fundamentos religiosos. E o motivo de os italianos não estarem de acordo com os preceitos do cristianismo se devia à Igreja romana.

Basicamente, os principais líderes religiosos da época não seguiam os princípios proferidos nos primórdios do cristianismo. Ou seja, as ações dos padres não estavam em conformidade com o ordenado pelo seu legislador inicial. Os maus exemplos vindos da Igreja se espalhavam pelo corpo político e corrompiam seus cidadãos - cidadãos corrompidos e afastados da bondade advinda da religião não poderiam se comportar de acordo com uma ordem civil. Pois, se nem o temor de desobedecer um mandamento divino impedia os homens de alguma ação, não seriam as leis e as instituições que o fariam.

As críticas à Igreja eram muito contundentes. Além disso, Maquiavel reiterou em diversas passagens dos *Discorsi* a importância da contribuição religiosa, com o devido respeito aos seus ritos e preceitos. O fato de ele não mencionar o assunto no *Discurso* pode ser por diversas razões. A primeira a vir à mente é o fato de seus principais interlocutores serem, ambos, membros importantes da Igreja católica - um era Papa e outro cardeal (que futuramente também tornar-se-ia Papa). Obviamente, nosso autor não gostaria de se indispor com aqueles a quem o futuro de Florença pertencia - provavelmente por prudência o secretário florentino não tocou no assunto, já que não teria como mencioná-lo sem trazer à tona a corrupção da Igreja romana. É difícil pensar que a

falta de menção seja pelo alvo das críticas não mais merecê-las, pois a criação dos *Discorsi* data de 1517, pouco tempo antes da elaboração deste projeto. Outra possibilidade é Maquiavel não ter achado o tema relevante para a construção daquela estrutura político-institucional - mas, novamente, dada a importância do tema para a manutenção dos bons costumes em uma cidade, e levando em conta a exaltação que Maquiavel faz da consideração que os romanos tinham para com a religião e seus rituais, não é crível inferir que o assunto não tivesse mais a estima de nosso autor. O apreço que ele tem para com a contribuição da religião em um estado fica evidente nas seguintes passagens dos *Discorsi*:

E quem considerar as histórias romanas, verá como a religião servia para comandar os exércitos e infundir ânimo na plebe, para manter os homens bons e fazer com que os reis se envergonhem. De tal modo que, caso houvesse uma disputa para se saber a que príncipe Roma devia mais, se a Rômulo ou Numa, creio que Numa ficaria em primeiro lugar: porque, onde há religião, facilmente se podem introduzir armas; e, onde houver armas, mas não houver religião, esta com dificuldade poderá ser introduzida. (DT, 2007, p.50)<sup>45</sup>

A delicadeza da situação é visível. Recuperar os costumes religiosos tais como eram em seu início, intactos e livres da corrupção a qual a Igreja estava submersa, era vital para garantir que a matéria da república estaria preparada e disposta a seguir os fundamentos de uma vida civil. Pois “de fato, nunca houve ordenador de leis extraordinárias, em povo nenhum, que não recorresse a Deus; porque de outra maneira elas não seriam aceitas.” (MAQUIAVEL, 2007, p.50)<sup>46</sup>. Entretanto, Maquiavel teve que abrir mão desta questão, apesar de importante, pois não poderia sugerir às sumidades da Igreja que estas eram o motivo da ruína da Itália, e que, para instituir uma vida civil em Florença, teriam que abrir mão de seus hábitos mais arraigados.

Tudo nos leva a crer que a omissão ao assunto religião nas ordenações propostas pelo nosso autor se deve mais pela impossibilidade de tratá-lo com honestidade, do que com a superação das críticas feitas à Igreja, ou até mesmo à irrelevância da tese naquela situação. Florença teria que contar com a disposição da matéria a uma vida livre, e ao fato de Florença já ter um histórico de seguir uma ordenação ou uma opinião nova, já que “o povo de Florença não parece ser ignorante nem rude, no entanto, o frei Jerônimo Savonarola o persuadiu que falava com Deus.” (MAQUIAVEL, 2007, p.52)<sup>47</sup> Sendo assim, o secretário florentino apostou fortemente na construção de um sistema de salvaguardas, com o devido zelo de alocar institucionalmente todos os tipos de cidadãos presentes em um corpo político - já que, neste caso, a religião não poderia atuar plenamente para tornar os homens bons e temerosos em descumprir um juramento.

---

<sup>45</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. Introdução de: Newton Bignotto.

<sup>46</sup> Idem.

<sup>47</sup> Idem.

Talvez, a figura régia do Papa servisse (no lugar da religião) como um freio às ações do homens, mas, também isso traz dois problemas. O primeiro era que após a morte do Papa e do cardeal a cidade ficaria sem aquela figura de autoridade que controlasse os maus ânimos da população; o segundo era que não tinha quem controlasse os atos dos Médici, pois nem as leis, nem a religião, tinham influência em torná-los temerosos e envergonhados de executarem más ações.

Por fim, só podemos concluir que, mais do que na religião, em si, ou na figura de autoridade dos Médici, Maquiavel confiava que a história florentina, e o amor do povo daquela cidade à vida livre - assim como as ordenações republicanas lá instituídas - seriam suficientes para manter uma vida civil duradoura e saudável naquele estado. Mesmo apesar de todos os inconvenientes advindos das figuras exógenas dos Médici, e da corrupção que a Igreja Católica espalhava por toda Itália.

## CAPÍTULO 5

### A APLICAÇÃO TEÓRICA A UM PROJETO PRÁTICO

Quando Quentin Skinner traça paralelos entre *O Príncipe* e os *Discorsi*, percebe que, apesar das intenções distintas - o primeiro pretende aconselhar os príncipes e o segundo, as repúblicas - ambas as obras têm um fio condutor em comum: os caminhos que se deve seguir para manter um estado, e como estes caminhos podem ser diferentes do que é considerado virtuoso. Ou seja, tanto a *virtù* de um príncipe quanto a *virtù* de um povo não necessariamente se identificarão com as virtudes clássicas. Pois que a *virtù* maquiaveliana deixa de ser algo fixo, como um conjunto de qualidades essenciais, para ser as habilidades necessárias para manter o estado e preservar sua liberdade. Esta concepção não só o separa dos teóricos cristãos, mas também de muitos humanistas que eram seus contemporâneos. Além do espanto causado pelas suas inéditas proposições, Maquiavel se destaca pelo novo modo de se analisar a política, a qual é marcada pelo realismo, em confronto ao dever-ser.

O *Discurso* vem como uma “prova de fogo”, visto que, se as propostas idealizadas se mostravam um fracasso quando em choque com a fria realidade, sua teoria política deveria se adequar com a respectiva transferência prática. Vemos que, como apresentado no capítulo anterior, existem muitas continuidades entre seu projeto e suas obras teóricas, além disso, como dito por PANCERA (2010, p.36)<sup>48</sup> “poderíamos mesmo dizer que o que temos em mãos é um recorte já pronto do que poderíamos chamar de teoria das formas de governos de Maquiavel, podendo servir de orientação para a leitura das demais obras.”

Antes de tudo, é importante trazermos à tona valores cruciais para o nosso autor, e, assim, analisarmos como estes estão alocados no *Discurso*. Temos como base que a Roma republicana era o exemplo máximo de como uma cidade deveria se comportar se quisesse manter sua *liberdade*, evitar a *corrupção* e degradação do corpo político e, afora tudo isso, conquistar *grandeza*, *fama* e *glória*.

A liberdade já tem seu primeiro pressuposto básico com a ordenação de uma república, regime necessário para que ela exista em sua plenitude. Depois, além de garantir que seus cidadãos se autogovernem, é preciso que eles também não sejam subjugados por nenhuma potência estrangeira. Entretanto, ainda é necessário voltar ao ponto do autogoverno, já que, para evitar que um estado seja dominado por outro, ele deve se manter coeso e estável. Desta forma, Maquiavel garante um espaço saudável para a manutenção da liberdade garantindo lugares institucionais para todos os tipos de cidadãos existentes na cidade. Estes, com desejos antagônicos, precisam coexistir de maneira que um não tenha poder suficiente de se sobrepor ao outro, mas também de modo que nenhum lado possa travar o andamento das decisões políticas, para não culminar num engessamento institucional.

---

<sup>48</sup> PANCERA, Gabriel. **Maquiavel entre repúblicas**. Belo Horizonte: Ufmg, 2010.

Nesta conjuntura, nosso autor precisa lidar com uma ordenação político-institucional eficiente, que garanta que o conflito - elemento importante de um república - seja assegurado por mecanismos que permitam sua existência, mas que também não o faça desembocar na ruptura do corpo político - com a criação de facções, por exemplo.

O conflito, tema maquiaveliano de grande controvérsia, é tratado pelo secretário florentino como uma premissa caso uma república se queira grande - assim como foi Roma. Esta tese leva em conta que do choque entre o povo e os *Grandes* nascem as boas leis, já que o consenso advindo deste embate renovaria as legislações, assim como permitiria que as ordenações seguissem a mudança dos tempos. Como não deveria existir um tipo de governo que agradasse apenas uma das partes da população, e como para chegar a esse consenso todos cederiam aqui e acolá, no geral engendrar-se-ia a satisfação coletiva, assim como o bem comum.

Todo este corpo teórico ganha existência real quando, no projeto maquiaveliano, os diferentes Conselhos abarcam os elementos conflitantes do corpo político. A *Senhoria* é o lugar no qual os Grandes ganham espaço político e poder de mando, entretanto, esta mesma instituição é contraposta aos *dezesseis gonfaloneiros*, da mesma forma que o *Conselho Grande* surge como um canal de participação popular. Tanto a *Senhoria*, como os *dezesseis gonfaloneiros* e o *Conselho Grande* seriam limitados pelas leis, a qual seria a força-mor que impediria que estes agentes extrapolassem a atuação na esfera pública de modo que prejudicasse a pátria e/ou utilizasse dos meios públicos para fins privados. Com a existência de mecanismos saudáveis para a intermediação entre os diferentes grupos de homens, o conflito se torna um elemento positivo. Para isso, Maquiavel apostou neste sistema de salvaguardas, no qual as leis regeriam os homens, e haveriam instituições que os obrigariam a segui-las.

Quando as magistraturas de uma cidade não são ocupadas pelos que possuem maior *virtù*, mas pelos homens de maior poder, podemos dizer que tal estado está marcado pela corrupção. Estes homens poderosos não estarão interessados em promover o bem-comum - a verdade é que perseguirão seus próprios objetivos egoístas. Por isso era tão importante reformar as instituições florentinas, pois, como mencionou Maquiavel no *Discurso*, os Conselhos da cidade não estavam ordenados de modo a promover os melhores homens para os cargos mais importantes do executivo. Sendo assim, num regime político que promove a liberdade e a *virtù* de seus cidadãos - assim como propicia que homens virtuosos cheguem aos mais altos cargos da república - toda a *potência* gerada culminará na grandeza da cidade, com a geração de glória e fama para a pátria. Tamanha potência, segundo nosso autor, só pode ser gerada numa república, que é o modo de governo que melhor mobiliza o potencial de cada cidadão para servir à sua cidade - nem mesmo grandes reinos como a França e a Espanha poderiam alcançar todo o potencial de um regime baseado na liberdade. Já que “a experiência mostra que as cidades

nunca aumentaram seu domínio ou suas riquezas exceto quando estavam em liberdade.” (SKINNER, 2012, 72)<sup>49</sup>

Podemos ver que a preocupação em gerar potência na massa dos cidadãos aparece na prática no projeto maquiaveliano. Primeiro, ele enxuga os conselhos que pertenciam aos três maiores ofícios, além de reformular o funcionamento da *Senhoria*. A ideia era que esta mudança resolvesse o vício das antigas ordenações, nas quais muito raramente homens “graves e de reputação” poderiam ocupar tais postos. Com a promoção de homens virtuosos para a *Senhoria* evitar-se-ia o perpetuamento da corrupção em Florença. Já que, além de colocar no governo cidadãos preocupados com o bem-estar da cidade, também diminuiriam os caminhos que homens corruptos utilizavam para a promoção de seus próprios interesses, com o uso de meios públicos - os quais geravam, como consequência, a divisão da cidade, a exclusão de adversários, e o agravamento do facciosismo.

A reabertura do *Conselho Grande* também aparece, no *Discurso*, com diversas pretensões. Além de satisfazer o humor popular, acalmando-o, e de impedir que adversários o usassem como arma contra os Médici, também serviria como um catalisador do potencial popular. Com mais cidadãos envolvidos com a coisa pública, mais *virtù* seria mobilizada em favor da pátria e da manutenção da liberdade. Além disso, o melhor meio para evitar que o povo caia na tentação de seguir a um homem privado, contra os interesses da cidade, é envolvê-lo nos assuntos públicos. Desta forma, a atratividade vinda na forma de favores e riquezas que viria do engajamento com um cidadão insigne (o qual buscaria o “sequestro” da cidade para si), seria transposta no servir à pátria. Pois, por ali, as massas promoveriam a sua segurança e garantiriam a sua liberdade, assim como perseguiriam a realização de benefícios que melhorassem seu bem-estar.

Como podemos ver, todas as ordenações propostas pelo projeto político de Maquiavel estão em consonância com sua teoria progressa. Existe ali um entrelaçamento entre teoria e prática, apesar de algumas aparentes contradições. Mesmo estas contradições atendem a demandas específicas das condições em que Florença se encontrava. Visto que, como o próprio secretário florentino já havia observado, também a *virtù* consiste em ser flexível, com a habilidade de se adaptar aos novos tempos e contingências. Ou seja, reconhecer o que traz a fortuna e agir de acordo com a necessidade, ajustando a conduta ao que dita a própria realidade.

---

<sup>49</sup> SKINNER, Quentin. **MAQUIAVEL**. Porto Alegre: L&PM, 2012. 133 p. ((L&PM pocket; v.896).). ISBN 9788525420619

## CONCLUSÃO

Como mencionado anteriormente, este projeto surgiu à luz da necessidade, quando Florença subitamente se viu sem rumo com a morte do jovem Lorenzo de Médici, duque de Urbino. Com a casa dos Médici sem herdeiros legítimos, o futuro político de Florença ficava em aberto. Maquiavel fora um dos convocados pelo Papa para ordenar uma nova forma de governo. Entretanto, além de pensar numa ordenação político-institucional, nosso autor também teria que convencer os senhores de Florença que aquele era o melhor plano para a cidade.

Primeiro era necessário um prognóstico, com uma análise da linha do tempo de Florença - a partir da qual Maquiavel identificou o começo do que ele veio a chamar de formas de governo intermediárias. Como este tipo de governo não era nem principado, nem república, tinha uma instabilidade redobrada.

A razão disso é claríssima: se o principado tem apenas uma via para sua dissolução, que é se tornar uma república, e da mesma maneira a república tem uma única via para se dissolver, que é se tornar um principado, as formas de governo intermediárias <*stati di mezzo*>, ao contrário, têm duas vias, podendo se transformar ou num principado, ou numa república. Daí nasce sua instabilidade. (DF, 2010, p.65)<sup>50</sup>

Detectadas as causas da ruína de Florença, fazia-se necessário reformular suas ordenações, ponderando suas características essenciais - forças e fraquezas. As qualidades da cidade eram importantes sob o ponto de vista de que forma e matéria deveriam andar em sintonia, pois, segundo nosso autor, igualdade e república, bem como desigualdade e principado deveriam ser sobrepostos - sob pena da insegurança política. Ou seja, nas cidades onde o corpo político (matéria) levava a marca da igualdade, a forma de governo mais adequada era a república - da mesma forma que numa cidade marcada pela desigualdade um principado era mais apropriado.

Sob o argumento que Florença levava em si a marca da igualdade - baixa quantidade de gentis-homens, bem como possuía um povo amante da liberdade - Maquiavel pondera que a melhor forma de governo para a cidade era a república. Desta constatação nasce toda uma reformulação político-institucional, pensadas à luz da teoria política maquiaveliana advindas de obras pregressas. Isto é, nosso autor não foge da linha teórica que vinha tecendo até então - na verdade, vemos mais uma continuidade, em formato prático, de tudo o que Maquiavel havia escrito sobre a arte de governar.

Até mesmo as lacunas, quando o secretário florentino se furta a falar sobre a religião - sua importância para inculcar bondade e respeito às leis e a falha da Igreja católica nesse papel - não trai tudo o que escrevera até então. Como homem prudente, sabia que

---

<sup>50</sup> ADVERSE, Helton (Org.). **Maquiavel: Diálogo sobre nossa língua e Discurso sobre as formas de governo de Florença**. Belo Horizonte: Ufmg, 2010.

não podia tocar em assuntos sensíveis aos Médici restantes (um era Papa e outro cardeal da Igreja romana), já que o futuro de Florença estava nas mãos daquela casa.

Fica claro que, quando algo precisa ser transposto da teoria para a prática, escolhas devem ser feitas. Um bom legislador deve saber identificar as especificidades de seu tempo, bem como as limitações impostas pela *Fortuna*. Desta forma, por mais que domine o campo da história, e saiba através da experiência daqueles que vieram antes o ideal a ser feito, pelas circunstâncias da época é obrigatório se adaptar, agindo de acordo com a necessidade.

Apesar disso, Maquiavel é insistente em devolver à cidade a forma republicana que o povo florentino tanto almeja. Ciente das limitações - como o fato de precisar ceder lugares de poder importantes ao Papa Leão X e ao cardeal Júlio de Médici - nosso autor, mesmo assim, elabora um projeto no qual o povo reconquistaria espaços ora perdidos, como quando propõe a reabertura do *Conselho Maior*. Desta forma, percebemos que Maquiavel, nesta obra, se mostra como um grande republicano, agindo como um defensor constante destes ideais.

Levando sempre consigo o legado humanista de olhar os acontecimentos do passado para prever os fatos futuros, Maquiavel persegue neste seu projeto a implementação duradoura da liberdade em Florença - com o único regime capaz de sustentá-la, a república. Neste modelo, o poder emana do povo, o qual tem a potência de mobilizar tamanha *virtù* que é capaz de elevar a cidade a patamares muito acima dos maiores reinados da época. Como resultado, o bem comum e a saúde da pátria são colocados no posto mais alto, com os cidadãos atuando para atingir estes fins antes mesmo de suas ambições privadas.

Sendo assim, ao longo de todo este trabalho pudemos ver como Maquiavel, não obstante o fato de Florença ter sido marcada por intensas e constantes divisões em seu corpo político - maior, inclusive, do que nas outras repúblicas - não desiste da ideia de instituir lá um regime da liberdade. Nosso autor busca, a todo momento, configurar a melhor ordenação possível, para que a cidade possa recuperar a grandeza de outrora. Além disso, através deste caminho pode fugir do ciclo de destroçamento político que assolava a Itália da época - podendo, mais do que isto, ser Florença a catalisadora da unificação italiana, espelhando-se nos bons exemplos de seus conterrâneos ancestrais. E tamanha era a afeição que aquele povo tinha pela liberdade que não era impossível, apesar de todas as dificuldades, instaurar um governo coeso, honrado e capaz de vivenciar novamente aquele estado de glória perdido, inspirado nos feitos do passado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADVERSE, Helton (Org.). **Maquiavel: Diálogo sobre nossa língua e Discurso sobre as formas de governo de Florença**. Belo Horizonte: Ufmg, 2010.

BARROS, Vinícius Soares de Campos. **10 lições sobre Maquiavel**. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

LUCCHESI, Filippo del. **Crisis and Power: Economics, Politics and Conflict in Machiavelli's Political Thought**. [acessado em: 20 de julho de 2015]. Disponível em: <http://bura.brunel.ac.uk/bitstream/2438/9539/1/Fulltext.doc>

MACHIAVELLI, Niccolò. **O príncipe**: comentado por Napoleão Bonaparte. 7. ed. São Paulo: Martin Claret, 2007. 180 p. (A obra-prima de cada autor 2). ISBN 8572322671.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. Introdução de: Newton Bignotto.

MAQUIAVEL, Nicolau. **História de Florença**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

PANCERA, Gabriel. **Maquiavel entre repúblicas**. Belo Horizonte: Ufmg, 2010.

SILVA, Ricardo. A REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE MAQUIAVEL: UMA CRÍTICA À INTERPRETAÇÃO ANTI-INSTITUCIONALISTA. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 33, n. 98, p.1-21, 6 set. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/339813/2018>.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 724p ISBN 8571645329 : (broch.).

SKINNER, Quentin. **MAQUIAVEL**. Porto Alegre: L&PM, 2012. 133 p. ((L&PM pocket; v.896).). ISBN 9788525420619

SKINNER, Quentin. **How Machiavellian was Machiavelli? Public lecture by Quentin Skinner**. 2013. Professor Quentin Skinner delivered a public lecture at the University of York, on the occasion of the 500th anniversary of the composition of Niccolò Machiavelli's *The Prince*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gH-NxQmf87k>>. Acesso em: 01 nov. 2019